

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBSERVAÇÃO REGISTROS E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Anderson Oram sio Santos¹
Guilherme Saramago de Oliveira²
Silvânia Santos Pereira³

Resumo

A presente pesquisa tem por seu principal objetivo compreender a avaliação Educação Infantil no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, e suscitar reflexões sobre os procedimentos e registros avaliativos. Para o aprofundamento teórico desse estudo, recorreremos aos estudos de Hoffmann (2003), Moro (2011), Carneiro (2010), Perrenoud (1999), bem como a outros estudiosos que discutem sobre a avaliação na educação infantil. Como procedimento metodológico, utilizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental, composta por uma revisão de literatura e aprofundamentos na legislação nacional que tange a Educação Infantil. Os resultados revelam que o processo de avaliação envolve um conjunto de ações que contribuem para a melhoria da prática pedagógica e para os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança na Educação Infantil, tendo o professor mediador e as práticas pedagógicas educativas como influenciadores nesse processo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Avaliação da Aprendizagem; Desenvolvimento Infantil.

Abstract

The main objective of this research is to understand the evaluation of Early Childhood Education in the development and learning of children, and to provoke reflections on the evaluation procedures and records. For the theoretical deepening of this study, we resort to studies by Hoffmann (2003), Moro (2011), Carneiro (2010), Perrenoud (1999), as well as other scholars who discuss assessment in early childhood education. As a methodological procedure, we used a bibliographic-documentary research, composed of a literature review and deepening of the national legislation that concerns Early Childhood Education. The results reveal that the evaluation process involves a set of actions that contribute to the improvement of pedagogical practice and to the child's learning and development processes in Early Childhood Education, with the mediator teacher and educational pedagogical practices as influencers in this process.

Keywords: Early Childhood Education; Learning Assessment; Child development.

¹ Doutor em Educação. Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Jataí. E-mail: anderson.santos@ufj.edu.br.

² Doutor em Educação. Docente do PPGED – Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gsoliveira@ufu.br

³ Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação. Docente da rede municipal de ensino de Uberlândia. E-mail: silvaniasantos@gmail.com

1. Introdução

A Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil suscita questionamentos para o desencadeamento de estudos e pesquisas que buscam compreender: o que avaliar e como avaliar a criança na Educação Infantil. Trata-se da primeira etapa da educação básica conforme dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 em seu Artigo 29 que [...]“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

A Educação Infantil é uma etapa da educação básica e compreende o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, dividida em modalidades: crèches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos e privados que cuidam e educam de crianças em jornada integral, na maioria dos casos das crèches, ou parcial, no caso das pré-escolas, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social.

É importante ressaltar que a legislação da educação vigente apresenta a avaliação como ponto fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem do educando, explicitada no Art. 31-da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN nº 9.394/96: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Dessa maneira, iniciamos uma pesquisa para sanar as dúvidas existentes, porém, algumas persistiram, sendo a maior delas, compreender de fato a influência da avaliação nos processos de ensino do professor e de aprendizagem da criança. Assim sendo, se fez necessário um aprofundamento teórico para compreender: O que é avaliação na Educação Infantil? Como ocorre a avaliação na Educação Infantil influência os processos de ensino e aprendizagem?

Este estudo tem como objetivo compreender a avaliação Educação Infantil e suscitar reflexões sobre os procedimentos, registros avaliativos e intervenção pedagógica com crianças pequenas.

O interesse em aprofundar acerca da pesquisa referente à avaliação foi se estabelecendo a partir de experiências vivenciadas durante a supervisão de Estágio Curricular Obrigatório II – Educação Infantil, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Jataí, no ano de 2022, a partir de diversos questionamentos e observações das estagiárias sobre a prática e registros na Educação Infantil (creche 0 a 03 anos de idade).

A pesquisa é de cunho qualitativo, com caráter metodológico bibliográfico, composta por uma revisão de literatura é o passo inicial para qualquer tipo de pesquisa de caráter acadêmico (LAKATOS; MARCONI, 2007; GIL, 2010).

Os Documentos como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDBEN nº 9.394/96), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998) e demais que estabelecem as orientações para a Educação Infantil, como a Constituição Federal de 1988, Título III (Art. 4, I), classificam esta pesquisa como documental, envolvendo legislações vigentes para a Educação Infantil. Pesquisa documental “apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação.” (SÁ-SILVA et al, 2009, p.13).

2. As práticas educativas e as dimensões do desenvolvimento da criança na Educação Infantil

As práticas educativas na Educação Infantil estão fundamentadas nos eixos interações e brincadeiras, que são planejadas e organizadas intencionalmente, que geram na criança a sensação de prazer, descobertas, curiosidades, envolvendo um processo de desenvolvimento integral da criança aliado ao processo da aprendizagem em um trabalho coletivo com crianças da mesma faixa etária e de faixas etárias diferentes. As práticas educativas são significativas e devem ser significativas, pois oportunizam a comunicação, o viver em grupo ou coletivamente, ação, troca de saberes e experiências.

Práticas pedagógicas ou práticas educativas na Educação Infantil, são temas que devem ser norteados na formação inicial e na formação continuada de professores que atuam nesse segmento, como norteadores de suas ações e busca dos conhecimentos práticos e teóricos, recursos para a organização do trabalho pedagógico com crianças pequenas. A definição e preparação de métodos, práticas pedagógicas, seleção de recursos materiais e tecnológicos, bem como a organização do espaço na Educação Infantil, tornam-se elementos fundamentais para o professor ter a dimensão de como desenvolverá a sua prática pedagógica Cadernos da Fucamp, v.21, n.53, p.38-69/2022

com intencionalidade e como deverá avaliar o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças na primeira etapa da educação básica. Na Educação Infantil – segmentos creche (0 a 03 anos de idade) e pré-escola (04 e 05) anos são fases institucionais que possibilitam a se inicia a sua formação para a criticidade e participação no universo social futuro, uma vez que durante a sua vida, a pessoa passa por avaliações em todas as dimensões de seu desenvolvimento, avanços e conquistas no mundo em que se insere.

Nesse sentido remete-se às reflexões da teoria de Vygotsky sobre a mediação pedagógica, aspecto essencial na Educação Infantil, quando as crianças são acompanhadas em seu desenvolvimento e aprendizagem, isto é, na apropriação de saberes por meio da orientação mediadora do professor, da organização do espaço, dos recursos pedagógicos que são colocados à disposição da criança de maneira planejada. A teoria de Vygotsky, ressalta que a inteligência da criança se desenvolve a partir do contato e da interação com o outro em um espaço social, no qual ele se transforma e transforma o outro, evoluindo em aspectos socioafetivos, cognitivos e psicomotores. “[...] o desenvolvimento da criança não se limita à aprendizagem de comportamentos e realização de tarefas, mas é compreendido de forma ampla e integral” (VIGOTSKY, 2007; RABELLO; PASSOS, 2018).

O espaço sociointeracional e de desenvolvimento, defendidos pelos autores, é na Educação Infantil - creche (0 a 03 anos de idade) e pré-escola (04 e 05) anos, onde a criança tem os primeiros contatos com seus pares e com a aprendizagem com ações didático-pedagógicas para a infância. A Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) nos últimos trinta anos, como etapa inicial da Educação Básica, vêm recebendo maior qualidade de acordo com as determinações da LDBEN nº 9.394/96, da Constituição Federal de 1988 e das RCNEI (1998) transformando-se segundo estabelecem esses documentos.

A Constituição Federal assegura em seu Título III, art. 4, I, o dever estatal de disponibilizar atendimentos em creches e pré-escolas gratuitamente e esta fase envolve crianças de 0 a 5 anos de idade respectivamente. Esta determinação é acompanhada e corroborada pela LDBEN nº 9.394/96. Nessa premissa faz-se necessário considerar os RCNEI - Referências Curriculares para a Educação Infantil (1997,1998) e o recente documento normativo da BNCC - Base Nacional Comum Curricular(2017), que orientam para o planejamento escolar, apresentando orientações para cada faixa etária. As instituições de Educação Infantil, sejam elas privadas ou públicas, valem-se de sua

autonomia para formularem os planejamentos, considerando como parâmetros os eixos norteadores dos referidos documentos: Interações e Brincadeiras. Os aspectos principais desses parâmetros que enriquecem as ações pedagógicas são relacionados aos grupos de faixa etária organizados em cinco Campos de Experiências (BRASIL, 2017): “O eu, o outro e o nós”; “Traços, sons, cores e formas”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Em cada campo, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e postas as aprendizagens a serem vivenciadas pelos bebês, pelas crianças bem pequenas e pelas crianças pequenas.

A ação pedagógica tem por objetivo provocar diversas situações de aprendizagens que devem ser observadas atentamente pelo professor para realizar os registros pedagógicos. São ações com conotação desafiante levando as crianças à reflexão sobre o que estão fazendo, revivendo inclusive experiências anteriores e levantando questionamentos, comparações, além de tentarem criar novos caminhos para responder aos desafios. Cabe ainda ressaltar que o uso da linguagem, da dialogicidade entre as crianças e o professor devem ocorrer, porque nessa situação o professor não é apenas o orientador que sabe de tudo, mas que participa da ação pedagógica, discute, pergunta e busca respostas das crianças.

Vale ressaltar que os Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI(1997,1998), são documentos que ainda estão em vigência e conjuntamente com a BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017), apresentam e consideram a essencialidade da mediação exercida pelo professor entre as crianças e os saberes. Esta atitude educativa possibilita que crianças interajam ou que realizem atividades de maneira individual ou coletiva, o que demonstra o avanço do desenvolvimento e apropriação dos conhecimentos, levantam questões e buscam respostas.

Em análise flutuante dos documentos que tratam de práticas pedagógicas e educativas da criança na primeira etapa da Educação Básica, situa-se também o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, que enfatiza a proposta de considerar a avaliação como recurso para reflexões sobre as ações pedagógicas e o aproveitamento das crianças na aprendizagem. O olhar sobre a Avaliação, ou dimensões da Avaliação na Educação Infantil estão preconizadas nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil, como parte integrante das propostas pedagógicas, onde devem ser explicitadas as concepções, as diretrizes referentes à metodologia do trabalho pedagógico, “[...] prevendo a avaliação como parte do trabalho pedagógico, que envolve toda a comunidade escolar” (BRASIL,

2006, p.18).

3. Dimensões da avaliação na Educação Infantil

A amplitude de discussões recai sempre sobre a Avaliação, métodos avaliativos a ser realizado no cotidiano da Educação Infantil para identificar a evolução e os processos formativos e educativos das crianças. É nesta perspectiva que as práticas pedagógicas e educativas devem ser elaboradas, considerando o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, intelectual, psicossocial que devem constar nos registros de avaliação.

O Parecer CNE/CEB nº 20/2009, assegura que “[...] os responsáveis por criar procedimentos para a avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças são as instituições de ensino e reforçam que a função da avaliação é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino”.

[...] A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades (BRASIL, 2009, p. 16).

De acordo com o documento citado, há observância para que as instituições de Educação Infantil possam envidar esforços e pesquisarem quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança e de seu desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico da instituição e as políticas públicas para a Educação Infantil.

Para Hoffmann (2000, p.51), a avaliação significativa registrada é um documento sobre o desenvolvimento da criança e “como história individual, esses registros devem revelar trajetórias peculiares, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu ‘ser diferente dos outros’.” No entanto, a autora enfatiza que diferenças identificadas devem ser entendidas como normais e não como desvantagens, já que não há competição.

Nos escritos de Carneiro (2010)

A avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino (CARNEIRO, 2010, p. 6).

A partir das citações das autoras, compreende a avaliação como um processo de acompanhamento tanto do ensino, quanto da aprendizagem. Enquanto acompanha a aprendizagem e o desenvolvimento da criança o professor também planeja, e organiza o ensino.

Segundo Furtado (2012, p. 66), “[...] a avaliação significativa provoca, principalmente, mudanças na atitude do professor que exerce uma ação e, em seguida, tece reflexões sobre sua ação”. Assim compreende-se que a auto avaliação requer e fortalece o planejamento de atividades pedagógicas na Educação Infantil e do processo de avaliação.

Neste sentido, Moro (2011) ao escrever sobre a avaliação especificamente na educação infantil, ressalta a necessidade de considerar que todo o percurso pois,

Não há como avaliar exclusivamente a aprendizagem, desconsiderando o contexto educacional que se criou para que tal aprendizagem aconteça. Ao observar a criança se observa também o contexto criado. Ao avaliá-la o professor também avalia o processo e o contexto educativo (MORO, 2011, p. 38).

O olhar dos professores, a escuta do professor criteriosa, respeitando o histórico de cada criança e seu comportamento junto aos seus pares, pois a ação pedagógica é estruturada na mediação do professor, dos objetos de conhecimento e da organização do espaço interativo e acolhedor com significados, que este olhar constrói e registra.

A criança apropriada de diversos conhecimentos no âmbito da Educação Infantil, deve ter liberdade de expressão em seu próprio ritmo de compreensão e apreensão de conteúdos. A mediação do professor facilita recursos para que ela os utilize em suas atividades infantis com criatividade e, ao interagir com outras, essa criança aprende sem ser coagida, expondo suas

habilidades que vão aflorando de forma livre e espontânea, descobrindo-se e se socializando através dessa convivência com os pares e interatividades.

A observação criteriosa e a escuta do professor são essenciais para a criação de diversos registros para avaliações. Uma vez que o desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil, inclui-se também a motivação, cabendo ao professor ampliar o universo de recursos pedagógicos para sua função mediadora, reconhecendo que avaliar não é um ato simplista, mas exige observação e reflexão para realização de uma leitura releitura do fazer das crianças em seu cotidiano escolar, em suas realidades socioculturais.

No entanto, um processo de avaliação observacional deve ser feito e as percepções registradas por meio de relatórios, registros e portfólios que descrevam o desenvolvimento de cada criança por meio de procedimentos informais, para que professores, pais/responsáveis e coordenação identifique as potencialidades e limitações das crianças. Assim, a avaliação não se dá como no Ensino Fundamental, mas acontece de forma significativa, sem comparar as crianças entre si, considerando-se que cada uma tem um comportamento para a apropriação de saberes. Uma investigação significativa identifica sempre a necessidade ou não de intervenções também contínuas na aprendizagem da criança, para facilitar-lhe a compreensão do sentido do que vem desenvolvendo e aprendendo.

Neste sentido, o RCNEI (1998) estabelece que:

Na instituição de Educação Infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas. (BRASIL, 1998, p.30).

A atenção dos professores cria momentos e facilita recursos para a liberação de emoções, afetividades e desenvolvimento cognitivo que considera conhecimentos pré-adquiridos, valorizando outros de diferentes áreas de saberes, entre crianças que possuem diferenças entre si (sociais ou culturais, mas que devem ser respeitadas). Entre crianças de diferentes realidades, o professor é neutro e nem por isto deixa de ser aquele que possui uma bagagem expressiva de saberes e experiências, sabendo conduzir sua turma dentro de um clima alegre e saudável.

É necessária e fundamental a capacidade perceptiva dos professores quando à relevância da avaliação, a fim de que seja um instrumento motivador a partir dos erros das

crianças ou das falhas que podem ser observadas na apreensão dos conteúdos didáticos. São fundamentos para reconstrução das práticas e superação dos pontos mais frágeis identificados pelo processo avaliativo ou no próprio processo em prática. Neste aspecto, Freire (1996, p.05) assevera “[...] porque é importante registrar? O ato de conhecer é importante? Então está implícito o conhecimento como ato social do qual esse educador faz história.”

A referência do autor conduz a reflexões sobre o grande desafio que representa a formulação de planejamento, análise, debates, reflexões e orientações, e criação de recursos avaliativos na pré-escola. São instrumentos provocativos e intencionais, pelos quais será possível averiguar e mensurar o potencial da criança que está sendo explorado por meio dessas ações. Essa bagagem de conhecimentos sobre teorias metodológicas e a capacidade criativa dos educadores em avaliar crianças pré-escolares, são indicadores de que estão realmente praticando sua função educativa.

Dentro dessa condição, a visão de mundo se amplia e os critérios educacionais indicarão quais os conhecimentos devem ser trabalhados em momentos da aprendizagem infantil. São conhecimentos indispensáveis para o ensino e compõem uma conjuntura de saberes reais que o educador deve organizar como atividades, sempre levando em conta os pré-conhecimentos das crianças, pois são elas os principais construtores de seus saberes, de acordo com suas habilidades e capacidades para tanto.

Logo os relatórios, registros devem ganhar significado a partir dos processos vivenciados por professores e crianças, considerando-se que o dia a dia nas atividades, falas, conquistas que confirmem o desenvolvimento da criança. Tais anotações ou registros observacionais são fundamentais para a avaliação sobre a qualidade da aprendizagem mediada pelo professor.

4. Como avaliar na Educação Infantil?

As leis e regulamentações que norteiam às práticas educativas apontam a avaliação como instrumento fundamental para a educação infantil. No entanto, mesmo sendo uma exigência legal, não há garantia que as práticas avaliativas estejam ocorrendo da maneira estabelecida. É necessário que as instituições de ensino e profissionais da educação, se amparem nestas orientações para conseguirem realizar de fato, o processo avaliativo de uma forma significativa.

Nos estudos de Hoffmann (1996) em que provoca reflexões sobre a avaliação na Educação Infantil, em que é possível perceber na prática pedagógica dos professores a distância entre o significado de avaliação, em toda a sua dimensão, e as propostas avaliativas que se originam, em razão da identidade da escola no que tange há um atendimento assistencialista, esquecendo dos pressupostos pedagógicos que a legislação orienta.

Ha nas instituições de Educação Infantil de modo geral a predominância de fichas de comportamento, ou que buscam moldar um comportamento de crianças como sendo parte do desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e que não conseguem materializar o universo infantil, em pleno desenvolvimento, rico em descobertas, além dos pareceres descritivos padronizados repetitivos de criança para criança ou ao final de cada semestre ou bimestre letivo.

Hoffmann (2003, p. 11) “aponta que este modelo possui uma percepção equivocada do ato de avaliar, utilizando de fichas como instrumentos para registrar os comportamentos apresentados pelos alunos”.

Em muitas instituições, a prática avaliativa se reduz aos preenchimentos dessas fichas de comportamento ou elaboração de pareceres descritivos e padronizados ao final de determinados períodos. O cotidiano da criança não é verdadeiramente levado em conta, nem é considerada a postura pedagógica do educador, à semelhança do ocorrido no ensino regular (HOFFMANN, 2003, p. 11).

O uso de fichas na avaliação na Educação Infantil, apresenta diretamente uma forma de mecanização, padronização que limitam, classificam por meio de escalas comparativas se a criança atingiu ou não o objetivo proposto, desconsiderando o desenvolvimento e o percurso da criança durante a prática educativa. Zabalza (2006), “[...] não descarta a importância da documentação”, digo fichas, desde que venham acompanhados de uma reflexão, ou seja, um relatório circunstanciado da criança.

Vale salientar que os professores que atuam na Educação Infantil devem promover amplas discussões acerca dos instrumentos avaliativos que devem ir de encontro às propostas pedagógicas utilizadas, podendo ser elaborados pelo professor, uma vez que, conhece as necessidades da prática avaliativa. No entanto, cabe a instituição e ao sistema educativo a função de oferecer apoio pedagógico aos professores para um diálogo permanente sobre avaliação na Educação Infantil.

Nessa premissa Didonet (2006) complementa que os procedimentos de avaliação e os registros devem estar estreitamente articulados com os objetivos que se quer alcançar, ou seja, a coerência entre avaliação e finalidades da Educação Infantil é imprescindível, uma vez que se busca a formação com base nas práticas da Educação Infantil. Compreende-se que a avaliação se apresente de forma significativa e permanente, valorizando todos os aspectos do desenvolvimento da criança, em especial na “Educação Infantil”, pois, conforme afirma Hadji (2001, p.180) “[...]para avaliar é preciso ter a sensação de que as coisas valem. Isto é, não poderíamos avaliar algo do qual não esperássemos nada”. O ato de avaliar implica, desse modo, uma relação não indiferente com o mundo, mas, capaz de responder, ou não, às expectativas.

Na mesma esteira Hoffmann (1996, p. 19) define alguns pressupostos básicos para a avaliação nesse na Educação Infantil, dentre eles:

- um professor que goste de criança, que goste de Educação Infantil;
- um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;
- uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesse e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações experienciadas;
- Um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasado do repensar do educador sobre o fazer pedagógico.

Considerando a aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, outro importante referencial para constituir-se em elementos avaliativos são as próprias produções das crianças no cotidiano, os movimentos voluntários e involuntários das crianças durante determinada ação pedagógica que podem e devem ser fotográficos ou audiovisuais, os registros escritos dos professores a partir de sua mediação e facilitador, pois ele proporciona os recursos intencionais para essa construção individual da criança e que será dividida entre seus pares por meio de interações. Assim, desperta-se na criança a curiosidade de buscar e, como consequência, de pesquisar, uma experiência que desenvolve seus

potenciais cognitivos, desejo de descobrir o novo, de criar e recriar, contribuindo para elevação e sua autoestima ao saber que se apropriou do conhecimento.

Buscando elucidar e caracterizar os procedimentos de avaliação apoia-se na LDBEN (1996) e as DCNEI (2009) que acrescentam aspectos a serem garantidos na avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças:

- I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o objetivo da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- V - A não retenção das crianças na Educação Infantil

Considerando a aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e das crianças, nota-se nos documentos oficiais citados que procedimentos de avaliação devem ocorrer de forma simultânea, ação/reflexão/ação sobre a prática pedagógica, com foco nas experiências dos bebês e das crianças, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação, realizando a observação do processo de desenvolvimento de cada criança e de todo grupo quanto às suas conquistas, avanços e possibilidades.

A avaliação na Educação Infantil, são elencados alguns pressupostos para que o professor reconheça possibilidades de acompanhamento, no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, recorre-se a Hoffmann (2015) que assevera:

- Manter uma atitude curiosa e investigativa sobre as reações e manifestações das crianças no dia a dia da instituição;
- Valorizar a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pelas crianças, respeitando sua identidade sociocultural;
- Proporcionar-lhes um ambiente interativo, acolhedor e alegre, rico em Materiais e situações a serem experienciadas;

- Agir como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-las, → acompanhá-las e favorecer-lhes desafios adequados aos seus interesses e possibilidades;
- Fazer anotações diárias sobre aspectos individuais observados, de forma → a reunir dados significativos que embasem o seu planejamento e a reorganização do ambiente educativo.

Seguindo o pensamento da autora, acrescenta-se que a Avaliação na Educação Infantil não deve ser controladora e autoritária e sim reflexiva, pois não deve comprometer os aspectos psicológicos e cognitivos da criança com o uso de rótulos ou nomes pejorativos sobre a criança e sobre o processo. É uma prática significativa que acrescenta qualidade na ação docente em benefício da criança, da instituição, da prática educacional e do empenho do professor-mediador que servirá para nortear a prática de sala de aula e possibilitar um replanejamento das atividades, caso necessário.

Assim destaca-se a observação e o registro como elementos essenciais que devem permear a prática avaliativa:

- **Observação** – este é um componente essencial para a avaliação. O importante é observar o desenvolvimento da criança nos seus aspectos sócio afetivos (relacionamento, cooperação, curiosidade, iniciativas, autoimagem, etc.) e cognitivos (perceber similaridades e diferenças, resolver problemas/questões, perceber a função da escrita, etc.). A hora em que as atividades, formais ou informais, estão sendo desenvolvidas é um bom momento para a observação. A análise das produções da criança ao longo do tempo também é muito rica e possibilita ao professor ter informações concretas sobre a criança. Acompanhar o cotidiano das crianças e a didática dos professores em sala de aula é essencial para que o coordenador participe do processo de avaliação e consiga identificar as dificuldades e potencialidades das turmas. Assim, ele poderá trazer ideias e intervenções para os encontros de formação e incentivar a reflexão docentes sobre a sua prática. Essa observação do dia a dia também envolve a organização do espaço e o fornecimento de materiais que possibilitem novas aprendizagens. A partir de uma avaliação, coordenador pode propor materiais, brincadeiras e uma dinâmica espacial que promova a interação das crianças com o ambiente e com os objetos.
- **Registro** – quando registramos, guardamos fragmentos do tempo vivido que nos é significativo, para mantê-lo vivo. Não somente como lembranças, mas como registro de parte de nossa história, nossa memória. Através deles construímos

nossa memória pessoal e coletiva para avaliara evolução dos pequenos são as próprias produções das crianças e os registros dos professores, sejam eles escritos, fotográficos ou audiovisuais – é preciso identificar qual o melhor tipo de registro para cada situação. Essa documentação pedagógica poderá ser analisada coletivamente durante a formação continuada, para que os docentes possam trocar experiências e compartilhar dúvidas e soluções. O objetivo principal desses instrumentos deve ser garantir a qualidade do ensino e a reflexão sobre a prática pedagógica.

É fundamental que as observações se transformem em anotações. No momento em que o professor registra ele reflete sobre a prática e sobre as possibilidades de encaminhamento do trabalho pedagógico com crianças pequenas. Essas anotações podem e devem ser simples, porém ter consistência e não serem apenas anotações vagas do tipo: é obediente, é bagunceiro, tem dificuldade na escrita. As anotações devem ser de cada criança e da turma como um todo.

A observação, a escuta pelo professor, deve ser realizada de maneira individual quanto coletiva, é essencial a permanência dos registros do que acontece nos diversos espaços da Educação Infantil, sejam eles escritos, fotográficos, filmagens, produções realizadas pelas crianças.

A partir da leitura dos registros e da observação, os professores terão oportunidade de rever o desenvolvimento do trabalho pedagógico e podendo auxiliá-lo com intervenções para garantir que os direitos de aprendizagens previstos na Base Nacional Comum Curricular, sejam materializados no cotidiano da Educação Infantil. Durante a leitura dos registros, não é viável realizar um exercício comparativo ao desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil, pois há necessidade de considerar a faixa etária, os níveis, os estilos de aprendizagem.

Para Hoffmann (2003), a mediação do professor é fundamental para uma avaliação efetiva, para isso o professor precisa ter um olhar atento e reflexivo, sobre as ações e pensamentos da criança.

A ação mediadora do educador resulta, igualmente, num trabalho pedagógico que valoriza as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, etc., como elementos constitutivos do espaço institucional, ao mesmo tempo em que

percebe a criança sofrendo as influências desse meio e constituindo-se como sujeito a partir dessa interação (HOFFMANN, 2003, p. 30).

Nesta perspectiva, cabe-lhe seguir as indicações de Hoffmann (1991) para a apropriação do conhecimento, através de ações que favoreçam o desenvolvimento da criança, orientando tarefas e abrindo espaços para novas leituras dos momentos vivenciados. É ele quem avalia os registros sobre atividades das crianças e é capaz de auxiliá-las a percorrer um caminho bem sucedido em suas vidas futuras, a partir dos primeiros anos de escolaridade.

Para Freire (1996), “ os professores devem exercer seu papel tendo pleno conhecimento sobre práticas avaliativas humanizantes”. Na mesma sequência Luckesi (1984) afirma que o “[...]professor necessita ter a mente flexível ao praticar a avaliação da criança, sem destacar erros que ela possa ter cometido, mas perceber níveis de dificuldades que ela apresenta em determinada atividade”. Assim, as atividades programadas devem ser direcionadas de uma forma que os avanços da criança possam ser mensurados. A avaliação deve ser “um instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos.”

Portanto, compreendemos que o processo de avaliação na educação infantil é composto por concepções diferentes, com objetivos distintos, o que não deve se parametrizar pelos modelos e procedimentos de avaliação que ocorre nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Considerações Finais

As discussões abordadas nesse estudo, proporcionou a compreensão que a avaliação é um processo contínuo e formativo do trabalho docente, portanto, não deve ser realizada somente em momentos pontuais, mas sim no cotidiano, pois a todo momento as atividades educativas são planejadas, realizadas de maneira intencional, e a criança em diversas situações de aprendizagem apresenta reação significativa a ser considerada no processo significativo. A avaliação abarca um conjunto de ações que quando realizada corretamente, produz avanços para o ensino do professor e na aprendizagem da criança.

Durante a pesquisa foi destacado a escuta, a observação, e o registro como fatores essenciais que devem permear a prática avaliativa. Consequentemente o professor precisa utilizar de instrumentos avaliativos que o possibilite identificar o avanço e as dificuldades apresentadas pela criança, com vistas a rever o planejamento e a prática pedagógica. Os registros podem ser realizados por meio de diferentes instrumentos avaliativos. No entanto, cabe ao professor estabelecer critérios para a escolha destes instrumentos, e abrindo possibilidades para elaborar diversos instrumentos que considere a faixa etária, os conhecimentos prévios da criança, o percurso da criança, considerando os momentos de avanços, retrocessos, conquistas e qualquer outra situação significativa que venha a ocorrer, relacionando-os com as interações com outras crianças, com os objetos de aprendizagem, com os diversos espaços da Educação Infantil para a compreensão sobre a criança.

Referências

BRASIL/MEC - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:

<[Http://portal.mec.gov.br/index.php?option](http://portal.mec.gov.br/index.php?option). Acessado em 18/09/2019.

_____. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

_____. MEC - **PARECER CBE/CEB N°20/2009**, aprovado em 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

DIDONET, V. **Coerência entre educação e finalidades da educação infantil**. Pátio Educação Infantil, v. 6, n. 10, 2006

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 1996.

FURTADO, J. **Avaliação Significativa: Construindo caminhos em parceria com a aprendizagem**. Power Point, Prof. Júlio Furtado. 6/10/2012. Disponível em: <http://juliofurtado.com.br/Avaliacao%20Significativa.pdf>. Acessado em 18/09/2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, A. O.; SARAMAGO, G. S.; PEREIRA, S. S.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. **Avaliação e Educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20a. Ed., Porto Alegre: Mediação, 2015

_____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KRAMER, S. **A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1989

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RABELLO, E.T.; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**, 2018. Disponível em: <https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07>. Acessado em 14/09/2022.

SAVIANI, D. **Os saberes implicados na formação do educador. In: formação do educador: dever do Estado, tarefa da universidade**. BICUDO, M.A. V. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, Nº I, Julho de 2009.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. Trad. Monica Stahel M. da Silva. 7. Ed. S. Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 2007.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em educação infantil**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

CARNEIRO, M. P. A. K. B. **Processo avaliativo na Educação Infantil**. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010. Disponível em: <http://www.esab.edu.br/arquivos/monografias/maria-da-penhaaparecida-klug-basiliocarneiro.pdf>. Acesso em: 20 agosto. 2022.

MORO, C. **Desafios da Avaliação. Educação**. 2 ed. São Paulo: Segmento, out. 2011.

Resumo

O trabalho de pesquisa que se apresenta é parte de um estudo realizado entre a teoria e a prática escolar, consolidando experiências e argumentações, destacando sua transformação em direito das crianças e obrigação do Estado, o que ocorreu com a Constituição Federal de

1988. A partir da análise de documentos da legislação brasileira, em especial das Diretrizes e da LBBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e de outros documentos produzidos no âmbito federal e por especialistas ligados à área. O percurso metodológico está em uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa evidencia a viabilidade de diálogos contínuos à prática pedagógica no que tange aos Direitos de Aprendizagens e os Campos de Experiências já preconizados no documento normativo da BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017).

Palavras-chave: Infância; Educação Infantil; Campos de Experiências; Direitos de Aprendizagens.

Abstract

The research work presented is part of a study carried out between theory and school practice, consolidating experiences and arguments, highlighting its transformation into a children's right and an obligation of the State, which occurred with the Federal Constitution of 1988. from the analysis of documents of Brazilian legislation, especially the Guidelines and LBBEN – Law of Directives and Bases of National Education nº 9.394/96, and other documents produced at the federal level and by specialists linked to the area. The methodological course is in a qualitative approach, with bibliographic and documentary research. The research highlights the feasibility of continuous dialogues to pedagogical practice regarding Learning Rights and Experience Fields already recommended in the normative document of the BNCC - National Common Curricular Base (2017).

Keywords: Childhood; Early Childhood Education; Fields of Experience; Learning Rights.

1. Introdução

A Educação Infantil, no contexto nacional, passou por uma série de mudanças que abriram caminhos para a construção de uma base cada vez mais sólida e fundamentada, desde a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, aponta a educação como um direito de todos e, no artigo 208, Inciso IV, efetiva o atendimento da criança de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil é a primeira etapa do ensino da criança, não mais importante que as demais, no entanto, deve ser contextualizada como primordial ao encantamento da criança pela escola e suas representações nas diversas áreas de conhecimento. Nesta etapa de ensino, a escola possibilita à criança realizar inúmeras descobertas sobre si e sobre o mundo, construindo a sua própria identidade a partir da relação de interação com outras crianças da mesma faixa etária, e com crianças de diferentes faixa etária com a mediação

de uma pessoa mais experiente.

Logo a pesquisa está ancorada nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares para Educação Infantil que enfatizam os princípios éticos, políticos e estéticos, em um movimento interdisciplinar, o documento curricular foi dividido por grupos de faixa etária organizados em cinco Campos de Experiências (BRASIL, 2017): “O eu, o outro e o nós”; “Traços, sons, cores e formas”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Em cada campo, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, e postas as aprendizagens a serem vivenciadas pelos bebês, pelas crianças bem pequenas e pelas crianças pequenas.

Assim elencou-se como questão norteadora desse estudo é: Quais os pressupostos teóricos a luz da legislação nacional para a organização de atividades e prática pedagógica na Educação Infantil?

Logo o objetivo do estudo é suscitar a construção das relações de aprendizagens na infância considerando os aportes propostos pelo documento normativo da BNCC – Base Nacional Comum Curricular para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

O percurso metodológico delineou-se por uma pesquisa de cunho qualitativa o que segundo Gil (2008), busca aproximar o pesquisador das ideias e teorias levantadas e defendidas por especialistas no tema proposto, abrindo espaços para o desenvolvimento e discussão dos saberes relacionados ao problema da pesquisa em seus significados, perspectivas. A coleta de dados contemplou o documento da BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017) e os RCNEI - Referenciais Nacionais da Educação Infantil (1997, 1998) que classificam esta pesquisa como documental, envolvendo legislações vigentes para a Educação Infantil. Para Sá-Silva et al. (2009, p.13) “[...] pesquisa documental apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação”.

2. A Infância e as Infâncias

A infância já foi referenciada em tempos passados como um processo sem importância e desprovida de significados, a origem do termo “infância” na etimologia da palavra significa: “infante - o que (in) não (fant) fala”. “A fascinação pelos anos da

infância, um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p.13), fez com que as concepções sobre a infância foram se modificando e pelo contexto social, no qual a criança está inserida, percebe-se que infância é resultado dessa realidade social.

Porém, na atualidade, a infância é compreendida como uma fase específica da existência humana, firmando a criança como sujeito histórico-social, produto da sua própria história:

Para Kuhlmann Jr (2010):

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e social é muito mais que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas. (KUHLMANN JR, 2010, p. 30).

A infância ou as infâncias não podem ser analisada como se fosse apenas uma fase biológica pela qual a criança passa, e é estabelecido as suas diversas faixas etárias bem definidas. Mas sim como uma categoria heterogênea repleta de nuances que vê a criança como sujeito social, cultural e histórico situado em determinado contexto e constituído pela especificidade familiar, interações e experiências vivenciados em suas realidades, ou seja, seu desenvolvimento depende da convivência com outros seres humanos e diversos objetos que estejam a disposição.

A maneira como a infância é vista atualmente é mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998),

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio ... para compreender o mundo em que vivem, as relações e contradições que possuem ... no processo de constituição do conhecimento, as crianças se utilizam dos mais diferentes lugares e exercem a capacidade que possuem determinadas ideias e hipóteses (BRASIL, 1998, p.21).

A perspectiva de consciência sobre a importância da infância, do tratar a criança como essência enquanto ser, o modo de agir e pensar que distingue do adulto, colocando a criança como “sujeito social, criadora de cultura, desveladora de contradições e com outro

modo de vera realidade”, é sistematizado por KRAMER (1996), e outros autores, que tem como referências Walter Benjamim, Lev S., Vygotsky e Mikhail Bakhtim.

Kramer e Leite(1996), explanam o valor da criança como ser social que é:

[...] a criança como o ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece, relações definidas seguindo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações social e culturais estabelecidas (KRAMER; LEITE, 1996, p. 79).

Esse contexto possibilita muitas e variadas infâncias, constituídas para e por crianças em contextos específicos. A criança pensa o mundo a partir de suas interações com o meio social, são sujeitos ativos. [...] “Não há educação fora das sociedades humanas não há homem no vazio” (FREIRE, 1983, p. 39).

Portanto, abranger a infância em toda sua magnitude exige perceber nas crianças a sua singularidade, o coletivo diverso do qual elas fazem parte e imergir nas diferentes culturas e saberes que produzem. É necessário respeitar suas formas de se relacionar com o mundo e entender como se desenvolvem e aprendem, sem que o adulto determine o nível de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

3. Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica: Bases institucionais

Ao longo do tempo, a concepção de Educação Infantil foi marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade. A partir de uma série de mudanças no contexto Educacional, a Educação Infantil passou por uma série de mudanças que abriram caminhos para a construção de uma base cada vez mais sólida e fundamentada, desde a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, aponta a educação como um direito de todos e, no artigo 208, Inciso IV, efetiva o atendimento da criança de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas.

Dessa forma, a Educação Infantil deve ser oferecida em creches, atendendo crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas, atendendo crianças de 4 e 5 anos em jornada de tempo parcial ou integral, sob a responsabilidade prioritariamente dos poderes públicos municipais, compreendendo o Sistema Municipal de Ensino junto com Ensino Fundamental.

A partir de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) Lei 8.069, a Educação Infantil passou a ser vista com novo olhar, com as conquistas dos direitos das crianças promulgados pela Constituição. A criança tem, por direito, o gozo de todas as prerrogativas que constituem a pessoa humana e, para isso, o Art. 54, inciso IV, enfatiza que é “dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 35).

Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) definiu a política nacional de Educação Infantil. A partir da qual, a Secretaria de Educação Fundamental, juntamente com a Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), elaboram documentos a viabilizar fundamentos para a atuação docente e a organização institucional e instrucional dos espaços educacionais de Educação Infantil.

Outro marco legal da educação nacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 que também reconhece a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, unicamente destinada a crianças pequenas, destacando-a como o início do processo educativo da criança.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Observa-se um grande avanço da legislação nacional no que refere a Educação Infantil definindo o atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas, pois nelas as crianças vivenciam as suas primeiras experiências de ação educativa fora da família. Ainda de acordo com o Art. 29 – LDBEN nº 9.394/96 a Educação Infantil na modalidade creches e pré-escolas tem como finalidade” a promoção do desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Analisando os três volumes do RCNEI (1998) percebe-se como o conceito sujeito de direitos vai se delimitando. Todavia a expressão “sujeito de direitos” ainda não aparece nas publicações. No primeiro volume, a palavra sujeito está vinculada ao reconhecimento da criança como sujeito social e histórico:

[...] um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais (Texto adaptado do documento “Política nacional de educação infantil”. MEC/SEF/DPE/COEDI, dez/1994, p. 16-17).

Isso significa que as crianças têm direito à educação e aos conhecimentos que foram historicamente construídos pelos grupos sociais humanos e têm especificidades determinadas tanto pelo seu desenvolvimento quanto pelos contextos culturais e sociais em que estão inseridas. A escola de Educação Infantil deve ser entendida como um espaço para a formação da identidade da criança, que tem papel essencial na produção de ações que construam vivências lúdicas voltadas para o desenvolvimento da autoconfiança, autonomia, independência, autoconceito, autoestima, cooperação, solidariedade e responsabilidade das crianças. Além disso, deve ser um espaço de aprendizagem, onde a criança pode se desenvolver através de um processo rico em interações e construção de conhecimentos significativos, exercendo sua cidadania desde a infância.

O ingresso da criança na Educação Infantil é a sua primeira experiência no âmbito educacional, de acordo com a CNE/CEB nº 5/2009, no Art. 5º A Educação Infantil, é a primeira etapa da Educação Básica, portanto, deverá ser oferecida em creche e pré-escolas, com o objetivo de oferecer espaços educacionais que visam a educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos de idade.” [...] Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (BNCC, 2017, p. 34).

As instituições educacionais precisam priorizar o Educar e o Cuidar da criança, respeitando as vivências específicas, valorizando sua própria identidade, e garantindo educação integral, respeitando sua cultura, raça e etnia, garantindo o direito de aprender em todos os seus aspectos. Nessa premissa o Referencial Curricular para a Educação Infantil vol. I (BRASIL 1998), destaca que é preciso considerar e garantir os princípios básicos e fundamentais da criança no que tange:

- a. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;

- b. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- c. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- d. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- e. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998, p.15).

O grande desafio na Educação Infantil é construir uma prática pedagógica de qualidade com visão ampla de educação que afirma a infância como ciclo de vida pleno de possibilidades e descobertas. As práticas devem ser intencionalmente planejadas, sistematizadas e avaliadas em sua proposta pedagógica de forma coletiva e democrática com a participação da comunidade escolar, estabelecendo e socializando proposta que fortaleça a identidade da instituição educacional, integrando princípios, valores e ações que dialoguem entre si na busca da formação da criança, entendida pelas DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) como,

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações, e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Vale ressaltar que o cuidar e o educar são relações necessárias e indissociáveis em todo e qualquer processo educativo na educação infantil, pois configuram-se de extrema importância para o desenvolvimento dos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, entendendo que as atividades de cuidado não se diferenciam das atividades pedagógicas, pois ambas são conhecimentos de uma mesma prática vivenciada pelas crianças. Com isso, a criança tem a oportunidade de vivenciar novas práticas pelas interações e brincadeiras como eixos norteadores nas práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da educação infantil, como indica as DCNEI.

O educar é importante ferramenta de aprendizagem essencial no processo das

descobertas de novos conhecimentos, esse processo possibilita à criança realizar interações sociais, troca de saberes, vivência de novos produtos fruto dos saberes construídos: com crianças da mesma faixa etária, crianças de faixa etária diferente, com adultos, e com suas famílias.

Nessa perspectiva,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23).

O educar desenvolve o papel de socializador dos saberes e conhecimentos, das trocas de experiências, das interações que proporcionam novos saberes a partir das relações entre as crianças e adultos em um processo de ensino aprendizagem integrada a vários campos de saberes educacionais e sociais, a busca da igualdade e equidade de direito em todo os seus níveis: físicos, biológicos, sociais e emocionais. A ação que representa o cuidar na Educação Infantil abrange aspectos biológicos do corpo, a garantia da integridade física da criança, qualidade dos alimentos fornecidos pelas instituições educacionais, acesso aos campos de saberes, a apropriação de diversas atividades pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento intelectual e para a formação da sua própria identidade, respeitando suas crenças, valores, culturas, raças e etnias, tendo o cuidar como uma ação que contribui com o outro a desenvolver suas potencialidades integralmente.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. (BRASIL, 1998, p. 25)

O cuidar na Educação Infantil exige comprometimento com outro, com suas especificidades, com suas necessidades, com suas diversidades de condições, acolhendo e valorizando as vivências de cada criança.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2018, p. 34).

Nessa prerrogativa, compreende-se que a elaboração das propostas pedagógicas e metodológicas para a Educação Infantil devem atender às necessidades: psicológicas, sociais e educacionais da criança. É necessário construir relação próxima entre quem cuida e quem é cuidado, a fim de estreitar as relações afetivas entre professor e aluno, priorizando atender as individualidades de cada aluno, dando ênfase aos seus avanços, atendendo de forma adequada, se interessando pelo que a ele pensa e constrói sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, valorizando o seu EU.

4. Eixos Estruturantes, Direitos de Aprendizagens, Campos de Experiências na Educação Infantil

A Educação Infantil tem em seu contexto educacional diversas linguagens no que compete ao processo de ensino e aprendizagem, aparato necessário para que a criança esteja familiarizada com a escola, com as ações pedagógicas e com corpo docente. As Interações e Brincadeiras são eixos norteadores de aprendizagens essenciais à descoberta dos conhecimentos e saberes entrelaçados à vivência cotidiana da criança.

Art. 8º: A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (Resolução CNE/CEB, p. 2, 05/2009).

As instituições de ensino precisam possibilitar às crianças mecanismos que exercitem sua capacidade de aprender, de criar, de imaginar, de construir, novas relações, novos saberes e conhecimentos, enfatizando a diversidade das experiências, com riqueza nas brincadeiras dirigidas, mediadas e livres. A partir da análise dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998), ressalta que nas “Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca” (RCNEI, 1998, p.270).

Na mesma sequência, o mesmo documento ressalta que “ ao propiciar a brincadeira, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos” (RCNEI, 1998, p. 28).

Assim enfatiza-se que o brincar dispõe de ações que possibilitam a criança a realizar novas descobertas sobre o espaço explorado, objetos, paisagens e pessoas, as brincadeiras permitem à criança descobrir novos saberes e conhecimentos através das diversas formas de brincar, interagindo com os espaços e com o outro.

As interações sociais são instrumentos de aprendizagem que devem ser utilizados pelo professor dentro dos espaços escolares, esse importante instrumento possibilita promover ações de interação entre as crianças, para garantir as trocas de experiências com objetivo de mediar a descoberta de novos conhecimentos e saberes entre as crianças, através das brincadeiras, roda de conversas, jogos, cantiga de roda e outros.

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. (BRASIL, 1998, p. 31).

A socialização entre as crianças de várias faixas etárias e adultos proporciona

descobertas singulares sobre o sujeito e suas especificidades, através do conhecer-se, expressar-se, explorar, participar, brincar e conviver; elencando assim os direitos de aprendizagem prioritários da criança, descrito no documento normativo da BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

O documento normativo da BNCC (2017) – Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil configura-se em atender as necessidades primordiais das crianças, que está estruturado nos 06(seis) direitos de aprendizagens:

- **CONVIVER** democraticamente com outras crianças e adultos, com eles se relacionar e partilhar distintas situações, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à natureza, à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **BRINCAR** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros adultos e crianças, ampliando e diversificando as culturas infantis, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **PARTICIPAR** ativamente, junto aos adultos e às outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola quanto da realização das atividades da vida cotidiana, da escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **EXPLORAR** movimentos, gestos, sons, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza- no contexto urbano e do campo - espaços e tempos das instituições, interagindo com diferentes grupos e ampliando seus saberes, linguagens e conhecimentos.
- **EXPRESSAR** como sujeito criativo e sensível, com diferentes linguagens, sensações corporais, necessidades, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas, registros de conhecimentos elaborados a partir de diferentes experiências, envolvendo tanto a produção de linguagens quanto a fruição das artes em todas as suas manifestações.

- **CONHECER-SE** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil.

Os direitos de aprendizagens referenciados no documento normativo da BNCC(2017), ratificam os direitos que estão preconizados na Constituição Federal (1988), no ECA (1990) e na LDBEN (1996). Nessa amplitude de diversos documentos oficiais que se articulam nas políticas públicas para efetivação do direito à Educação Infantil.

Na análise dos documentos os direitos de aprendizagens se complementam em uma visão integradora assegurando as condições de aprendizagens necessárias para a garantia do direito de aprender, integralmente, pelos campos de experiências que compõem os arranjos curriculares que definem os saberes e conhecimentos essenciais a serem desenvolvidos nas instituições de Educação Infantil, valorizando os conhecimentos prévios, a cultura, os saberes e fazeres específicos que as crianças trazem da sua própria realidade que estão organizados a partir da BNCC em 05 (cinco) Campos de Experiências como:

- **O eu, o outro e nós.**

Trabalha com as experiências de interação com os pares e os adultos, a partir das quais as crianças constroem um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida e pessoas diferentes. Ao mesmo tempo que vivem suas primeiras experiências sociais, desenvolvem autonomia e senso de autocuidado.

- **Corpo, gestos e movimentos.**

O campo de experiência Copo, Gestos e Movimentos (pelos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), instiga a criança a realizar atividades livres e mediadas que proporcionem desenvolver novas descobertas, conhecimentos e saberes sobre o mundo e sobre si, por meio de linguagens como teatro, dança, corporeidade, ludicidade, música, dos movimentos, gestos e brincadeiras.

- **Traços, sons, cores e formas.**

Possibilita à criança viver de forma criativa experiências com o corpo, a voz,

instrumentos sonoros, materiais plásticos e gráficos que alimentem percursos expressivos ligados à música, à dança, ao teatro, às artes plásticas e à literatura. A educação infantil deverá proporcionar aos pequenos acesso a novas experiências de criação em tempo e espaço para eles produzirem, apropriarem-se e reconfigurarem sua cultura, suas singularidades e interpretação de suas experiências e vivências artísticas.

- **Escuta, fala, pensamento e imaginação.**

Promove situações de fala e escuta, em que as crianças participam da cultura oral (contação de histórias, descrições, conversas). Também envolve a imersão na cultura escrita, partindo do que as crianças conhecem e de suas curiosidades e oferecendo o contato com livros e gêneros literários para, intencionalmente, desenvolver o gosto pela leitura e introduzir a compreensão da escrita como representatividade gráfica.

- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.**

Esse Promove interações e brincadeiras nas quais a criança possa observar, manipular objetos, explorar seu entorno, levantar hipóteses e buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Isso amplia seu mundo físico e sociocultural e desenvolve sua sensibilidade, incentivando um agir lúdico e um olhar poético sobre o mundo, as pessoas e as coisas nele existentes.

É no contexto de cada Campo de Experiência que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e seus respectivos significados fundamentam os saberes e fazeres na Educação Infantil. Em análise ao documento normativo da BNCC(2017), percebe-se as tendências da Teoria Sociointeracionista de Lev Vygotsky na organização do trabalho pedagógico com crianças pequenas compreende-se que o desenvolvimento e aprendizagens humanas como consequência da ação recíproca do sujeito com o meio, na qual atuam fatores tanto ligados à maturação orgânica quanto ao exercício, à experiência ativa, à interação e à transmissão social e cultural; o sujeito é o resultado da articulação dos fatores biológicos e sócio históricos.

O desenvolvimento é compreendido como processo de internalização das ações

ocorridas pelas interações estabelecidas entre o sujeito e seus pares, especialmente com aqueles com quem mais convive e com os quais estabelece laços culturais. No caso da criança, exercem papel fundamental nesta internalização, o outro, a exploração de objetos, a linguagem, a interação e a brincadeira conforme apresentado no documento normativo da BNCC (BRASIL, 2018), que devem ser integrados às propostas metodológicas do currículo da Educação Infantil, que estabelecem os saberes e conhecimentos a serem desenvolvidos pela criança de 0 a 5 anos, respeitando seus valores, cultura, crenças, etnias, raça, nas faixas etárias de: Bebês de 0 a 1 ano e 6 meses; crianças bem pequenas, de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, e crianças pequenas, de 4 a 5 anos e 11 meses.

A partir desse pressuposto, a função do professor na Educação Infantil é, entre outros, o de intervir no processo de desenvolvimento da criança, fazendo com que progrida no seu processo de compreensão de mundo, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

Vale ressaltar que os documentos oficiais – Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, documento da Base Nacional Comum Curricular, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, possuem um alinhamento político e pedagógico inserindo a função do professor na Educação Infantil, que deve trazer consigo não apenas a visão da criança, mas também a concepção de profissionalidade e de competências específicas no trabalho destinado a cuidar e educar a infância, no desenvolvimento integral da criança, realizando a mediação, partilhando situações com crianças da mesma faixa etária e de diferentes faixas etárias, culturas, e vivenciando um contexto coletivo em que existem igualdades e diferenças.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. **Lei nº. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 20 de Dez.de 2021.

_____. **Ministério da Educação e do Esporte**, secretaria de educação fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasil: MEC/SEF, 1998 (V_1).

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Parecer 20/09 e Resolução 05/09. Brasília, MEC, 2009.

_____. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2009, Brasília, 2009b. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-8287207/13684-resolucoes-ceb-2009>>. Acesso em: 18 de dez. de 2021.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, S.; LEITE, M. **Infância:** fios e desafios da pesquisa. 6. ed. Campinas. Papiros: 1996.

KUHLMANN Jr, M. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 2. ed. Porto Alegre: Medico, 1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1981.